

Política

CONSTITUINTE

Subcomissão realiza primeira audiência pública em São Paulo

por Stela Campos Pinto
de São Paulo

Pela primeira vez a Assembléia Nacional Constituinte promoveu uma audiência pública. A audiência foi realizada na última sexta-feira, em São Paulo, pela Subcomissão dos Direitos Políticos e de Direitos Coletivos e Garantias, que ouviu as reivindicações de algumas entidades paulistas.

A abertura da audiência contou com a presença do governador Orestes Quércia e de alguns deputados. O presidente da subcomissão, Maurílio Ferreira Lima, do PMDB de Pernambuco, aproveitou a ocasião para fazer uma avaliação dos trabalhos realizados pela subcomissão até então.

A questão da reeleição para presidente e governador, segundo Maurílio Lima, está sendo bem recebida pelos constituintes. "Há resistências quanto à reeleição para prefeito." Na opinião do deputado pe-

medebista Valdir Trigo, nas cidades pequenas isso poderá gerar muitos prejuízos vitalícios.

O presidente da subcomissão ressaltou também que há resistências com relação à redução da idade mínima de voto para 16 anos. A maioria dos constituintes, segundo ele, também prefere o voto obrigatório e defende o direito de a sociedade ser ouvida sobre questões polêmicas, como, por exemplo, as usinas nucleares.

As entidades ouvidas pela comissão não foram muitas. No segundo tempo da audiência, o auditório estava praticamente vazio.

Enquanto acontecia a abertura da audiência, o deputado Luiz Máximo, presidente da Assembléia Legislativa, deu posse ao grupo de trabalho com membros de todos os partidos da Assembléia paulista, que irá acompanhar a Constituinte, apresentar sugestões e elaborar uma proposta para a futura Constituição estadual.

Nos próximos dias, o senador Afonso Arinos levará ao deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, a relação dos temas cuja definição considera pressuposto para traçar os rumos da elaboração da nova Carta. Arinos conversou sobre o assunto com o presidente da Constituinte há três semanas. Ulysses, segundo o senador, concordou com a pondera-

Sistematização proporá temas para definição imediata

Francisca Stella Foga
de Brasília

Ficou explícita na reunião de sexta-feira da Comissão de Sistematização da Constituinte uma forte tendência de seus membros pretenderem antecipar deliberações do plenário sobre temas fundamentais, como o sistema e a forma de governo, para a definição posterior dos demais.

A começar pelo presidente da Comissão, o senador Afonso Arinos de Melo Franco (PFL-RJ), a idéia é defendida por constituintes de diversas correntes políticas, como os deputados Roberto Freire, líder do PCB, Gastone Righi, líder do PTB, Carlos Sant'anna, líder do governo na Câmara, e pelo próprio relator da Comissão, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Os próximos dias, o senador Afonso Arinos levará ao deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, a relação dos temas cuja definição considera pressuposto para traçar os rumos da elaboração da nova Carta. Arinos conversou sobre o assunto com o presidente da Constituinte há três semanas. Ulysses, segundo o senador, concordou com a pondera-



Bernardo Cabral

ção de que seria indispensável ter avaliações prévias e pediu a Arinos que lhe entregasse a relação de temas.

O presidente da Comissão, que fará o texto final da nova Carta, está convencido da predominância de defensores do parlamentarismo na Constituinte. Considera fundamental avaliar formalmente as posições do conjunto dos constituintes para que as comissões já comecem a debater institutos típicos do sistema parlamentarista, como o Tribunal Constitucional e o Conselho de Estado.

Roberto Freire receia

que a falta de definição prévia sobre se o Brasil será república, federação, presidencialista ou parlamentarista, seja capaz de comprometer os trabalhos da Comissão de Sistematização.

Se a Comissão de Sistematização receber propostas conflitantes, pondera Roberto Freire, terá poderes arbitrários para optar por qualquer delas. Como não há um anteprojeto ou nenhum outro referencial para os constituintes, os trabalhos das Comissões e Subcomissões, na avaliação do deputado, têm sido caóticos. Se a Comissão de Sistematização tiver o poder de ordenar o caos, terá o poder de, sozinha e arbitrariamente, fazer o texto final da nova Constituição, passando por cima do trabalho dos demais constituintes.

A definição prévia da duração do mandato do presidente José Sarney, na avaliação de Freire e de grande número dos demais membros da Comissão de Sistematização, não tem a importância da definição do sistema de governo. O mandato de Sarney é questão transitória, que em nada altera o projeto de mudanças das instituições do País, ponderam.

O deputado Bernardo Ca-

bral concorda pessoalmente com a necessidade de definir previamente alguns temas importantes. Como relator da Comissão de Sistematização, porém, ele afirma que somente poderia encaminhar qualquer projeto ao plenário para a deliberação sobre o sistema de governo se receber a proposta da Comissão de Organização dos Poderes. Mas a Comissão de Organização dos Poderes aprovou na quarta-feira o parecer do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) contrário aos projetos dos deputados Gastone Righi e César Cals Neto (PDS-CE). Os projetos pretendiam que o plenário se manifestasse sobre o sistema de governo.

Também o deputado Ulysses Guimarães afirmou na sexta-feira que projetos dessa natureza precisam partir da iniciativa da Comissão de Organização dos Poderes. Ulysses, segundo Afonso Arinos, concorda com o princípio de que deve haver definição prévia.

Mas, conforme concluiu da conversa que tiveram, não tem clara a forma pela qual essa definição poderia dar-se na Constituinte. O próprio Arinos ainda estuda o procedimento mais adequado.

Nelson Ribeiro levará proposta para a região amazônica

por Andrew Greenlees
de Brasília

Mais do que uma questão regional, a Amazônia merece ser vista como um desafio geopolítico para o futuro do País. E o fórum ideal para esta preocupação, no momento, é o Congresso Constituinte. Ao expor esta tese, o ex-ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário do governo José Sarney e atual secretário estadual de Indústrias Comércio e Mineração do Pará, Nelson Ribeiro, pede uma definição constitucional sobre o futuro tratamento da região Amazônica.

"A idéia é orientar e racionalizar a marcha para lá", diz o ex-ministro, para quem o atual processo de ocupação da Amazônia, feito de maneira "espontânea", é prejudicial à região e aos interesses do País. Para Nelson Ribeiro, a integração nacional do pós-guerra acendeu a cobiça pela Amazônia, numa ameaça à "maior região de trópico úmido do mundo", como ele mesmo assinala. "É preciso saber como ocupar a área", completa.

Ribeiro sugere como subsídio para a discussão dos constituintes o texto de um projeto de lei elaborado por órgãos regionais no final da década de 70 e atualmente sendo revisado no Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. O projeto determina o zoneamento ecológico e econômico da Amazônia, indicando áreas específicas para assentamento

agrícola, pecuária, exploração madeireira, mineral e assim por diante. O projeto foi enviado ao Congresso pelo presidente João Figueiredo, nos seus últimos meses de governo. A Nova República decidiu rever os termos da mensagem.

A simples liberação de verbas, acrescenta o ex-ministro, é insuficiente para resolver os problemas da região. "Os recursos devem ser alocados de acordo com programas específicos e através dos orçamentos das diversas agências oficiais envolvidas em cada projeto", explica Ribeiro.

Ele propõe ainda a realização de um seminário paralelo à Constituinte para analisar a questão. Participariam "lideranças políticas regionais, dirigentes de órgãos de classe, homens de ciência". Na opinião de Ribeiro, a Constituinte "ainda não falou sobre a Amazônia", mas o tema certamente será levantado.

O ex-ministro salienta que a adoção de uma nova política para a Amazônia não elimina a necessidade da reforma agrária na região, pontuada por diversos focos de conflitos de terra.

"As desapropriações devem ser mantidas", diz Ribeiro, confiante em que os conflitos podem ser eliminados "a médio e longo prazo", somando-se a política de ocupação racional e o projeto de reforma agrária. "Os conflitos que já existem seriam esvaziados", acredita o ex-ministro da pasta.

A avaliação sobre os debates

por Ana Cristina Magalhães
de Brasília

As palestras e debates promovidos na semana passada pelas subcomissões da Constituinte com entidades representantes da sociedade civil foram avaliados de forma oposta pelo presidente e o relator da Comissão de Sistematização, encarregada de redigir a nova Constituição.

O senador Afonso Arinos (PFL/RJ), presidente da comissão, afirmou que a presença das entidades em nada ajuda os trabalhos das subcomissões. Segundo ele, esta participação, prevista no regimento interno da constituinte, está gerando uma superposição de dois princípios do processo democrático: a participação e a representação. A participação é feita geralmente através de plebiscito ou referendo popular e não junto aos parlamentares, pois dessa forma acaba prejudicando os trabalhos. Os deputados já representam a sociedade.

Já o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), acredita que a convocação das entidades permitirá que se tenha o panorama das necessida-

des de cada entidade, que acaba refletindo os desejos da sociedade civil.

Os dois parlamentares, no entanto, têm opinião semelhante em relação a qual deva ser o tamanho da futura Constituição. Arinos defende que a nova Carta não será "maior por descer a detalhes, mas sim, porque o Estado cresceu. Ela deverá ser mais integrante do processo social". O se-

nador descartou a hipótese de se fazer uma Constituição sintética, como a norte-americana, que tem sete artigos. Na verdade, disse, essa Constituição tem sete artigos mais cem volumes com quinhentas páginas cada, contendo decisões da Suprema Corte, órgão encarregado de fazer as alterações na Constituição. Arinos não acredita que o modelo norte-americano

possa ser seguido no Brasil. Para Cabral, a futura Constituição não deve comportar mais de duzentos artigos, a fim de que a densidade do texto não seja prejudicada pela extensão analítica. O que for matéria de lei complementar ordinária não deve figurar no corpo da futura Carta, sob pena de vir a prejudicar as normas de direito constitucional.

Justiça do Trabalho em debate

por Thais Bastos
de Brasília

Representantes da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), União Sindical Independente (USI) e Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) debateram, sexta-feira, na Subcomissão do Poder Judiciário e Ministério Público da Constituinte, o tema direito do trabalho. Armando Rollemberg, presidente da Fenaj, recebeu elogios, por sua fala, do presidente e do relator da subcomissão, deputados José Costa (PMDB-AL), e Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP). "Você fez das minhas as

suas propostas", disse José Costa.

Basicamente, ele defendeu o fim da vitaliciedade dos juízes e eleições diretas dos trabalhadores para eleger os vogais (juízes classistas), hoje nomeados pelos presidentes dos tribunais. "Temos que combater o apelegamento da Justiça, buscando a renovação dos quadros", disse o jornalista.

O relator da subcomissão levantou o tema da criação de comissões paritárias nas fábricas ou unidades produtivas, como forma de agilizar os processos de negociação coletiva do trabalho, lembrando a insufi-

CONGRESSO

Funaro debate com os deputados na segunda

por Zanoni Antunes
de Brasília

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, estará, nesta segunda-feira, no plenário da Câmara, debatendo com os deputados a situação econômica do País. O líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, garante que o seu partido não está desenvolvendo nenhuma estratégia para limitar os debates. "Não vamos artificializar nada; o ministro vai dialogar com os constituintes", declarou.

Embora a liderança do PMDB tenha afirmado que Funaro discutirá livremente com os parlamentares, alguns pemedebistas temem que haja radicalização.

Eles lembraram a linguagem agressiva do líder do PDS, deputado Amaral

Neto (RJ), que é sempre utilizada quando o alvo é o ministro da Fazenda. Ainda no PDS, Funaro terá de enfrentar também o questionamento de dois ex-ministros da área econômica: Roberto Campos e Delfim Neto.

O Partido da Frente Liberal (PFL), segundo informação do líder José Lourenço (BA), inscreveu apenas um parlamentar: o ex-ministro Francisco Dornelles (RJ), o antecessor de Funaro na Fazenda. Pelo PMDB estão inscritos os deputados Irajá Rodrigues (RS), Roberto Brandt (MG), Genebaldo Correa (BA), Roberto Cardoso Alves (SP), Fernando Gasparian (SP), Maurílio Ferreira Lima (PE), Miro Teixeira (RJ), Nilson Gibson (PE) e Ricardo Viana (SC).